

O IMPACTO DO PLANEJAMENTO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Juliana Aparecida Galdino¹
Prof.^a Esp. Isabella Natal

RESUMO

A preparação dos professores em relação à prática pedagógica tem sido alvo de diversos estudos, principalmente sobre os métodos e a adequação do planejamento, e sobre a forma como ele deve ser aplicado em sala de aula. O planejamento é um instrumento que permite a antecipação dos fatos e a elaboração de caminhos a serem percorridos para a obtenção de determinada meta ou objetivo específico. O objetivo do presente trabalho foi analisar os principais conceitos de planejamento na prática da alfabetização e do letramento de crianças de 6 a 7 anos, e entender qual a melhor metodologia a ser aplicada. Conclui-se que o método de planejamento mais eficiente nos dias de hoje compreende a formação participativa das ideias, na qual o educador leva em consideração os fatores internos e externos, o conhecimento prévio dos alunos e a realidade em que estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE

Alfabetização; Letramento; Metodologia de ensino; Planejamento pedagógico.

1. Introdução

Nos dias de hoje, um dos maiores desafios encontrados na educação e no processo de ensino-aprendizagem está relacionado à correta adequação do planejamento escolar, pois, com a grande diversidade sociocultural e com o fácil acesso à informação, pode-se perceber a necessidade de uma organização pedagógica mais abrangente e que atenda as dificuldades de aprendizagem de cada aluno.

Para que isso ocorra, torna-se fundamental que o educador realize com eficiência em sua prática pedagógica um bom planejamento escolar. Ao elaborar um planejamento, além de estabelecer quais serão os objetivos, as metodologias e quais caminhos serão percorridos para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, o professor poderá avaliar a sua prática diariamente e se necessário, replanejá-la. Segundo Vasconcellos (1999, p. 133), “[...] fazer

¹ Graduanda de Pedagogia FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré - 18700-902 - Avaré – SP – Brasil
julianagaldino222@gmail.com

planejamento é refletir sobre os desafios da realidade da escola e da sala de aula, perceber as necessidades, re-significar o trabalho, buscar formas de enfrentamento e comprometer-se com a transformação da prática.”

Portanto, este trabalho tem por objetivo compreender a função do planejamento escolar, no processo de alfabetização das crianças de 6 a 7 anos, de modo a acrescentar uma visão mais ampla sobre o sistema educacional; além de refletir sobre os efeitos do ato de planejar (ou não) no processo de ensino e aprendizagem.

2. Histórico do Planejamento

Por volta do século XIX, no auge da Revolução Industrial, a sistematização do planejamento passou a ter destaque no mundo da produção, pois sentiu-se a necessidade de se ter uma organização do trabalho moderno de modo a aumentar a eficiência da produtividade no ramo industrial. Os primeiros trabalhos a serem desenvolvidos relativos à Administração, foi a partir do Americano Frederik Winslow Taylor, que tinha por objetivo analisar as tarefas dos operários, a fim de lhes dar maior produtividade: o gerente ficava responsável pelo planejamento e os operários, apenas pela execução do trabalho. O Francês Jules Henri Fayol destacou a importância de se ter uma estrutura de organização, de forma que o trabalho seja mais eficiente. Assim, a função do planejamento na administração era organizar, comandar, coordenar e controlar o trabalho da produtividade industrial.

No início do século XX, o planejamento se estendeu para outros setores da sociedade e o campo educacional não ficou imune a esse movimento, ao surgir a necessidade de adequar a escola ao modo de produção capitalista. A princípio, o ato de planejar era visto apenas como um instrumento de controle da ação do professor, a fim de cumprir os conteúdos pré-estabelecidos, tornando assim uma prática fragmentada da realidade. Já nos dias de hoje, o planejamento precisa ser entendido como um instrumento de extrema importância para a organização da prática pedagógica do professor.

2.1 Tipos de Planejamento

Atualmente, segundo Vasconcellos (1999), podemos encontrar três linhas de pensamento sobre o planejamento administrativo: o gerenciamento da qualidade total, o planejamento estratégico e o planejamento participativo. Mas, ao longo da história da educação, muitas são as concepções do processo de planejamento, e Vasconcellos apresenta três grandes concepções de planejamento na educação que podem ser identificados nesse processo:

- a) Planejamento como Princípio Prático

Esta concepção está relacionada com a tendência tradicional da educação, onde o planejamento era elaborado pelo professor em folhas, fichas ou cadernos, sem muita preocupação de formalização. Consistia-se basicamente em um roteiro para as atividades a serem desenvolvidas durante a aula, que uma vez elaborado, era retomado quando fosse dar aquela aula novamente, servindo assim por muitos anos, sem levar em consideração a realidade dos alunos.

b) Planejamento Instrumental/Normativo

Relaciona-se com a tendência tecnicista, em que o planejamento passa a ser visto como a grande solução para os problemas encontrados na educação. Desse modo, os professores teriam que preencher planilhas com os conteúdos a serem trabalhados, e os alunos deveriam aprender exatamente o que havia sido planejado, como uma mera transmissão de conteúdo.

O planejamento passa a ser supervalorizado, a ponto de professores começarem a se dedicar à elaboração de bons planos, não levando em consideração a realidade da prática educativa. Dessa forma, o trabalho do educador passou a ser desvalorizado, pois o fato de se ter bons planos garantia automaticamente uma boa prática pedagógica.

c) Planejamento Participativo

Nessa concepção, o planejamento é visto como um instrumento de intervenção e transformação da realidade, de modo a considerar o contexto social, valorizar a participação democrática, o diálogo e a formação do pensamento crítico, a partir da reflexão do contexto em que os alunos estão inseridos, a fim de realizar uma prática transformadora da realidade.

Desse modo, pode-se perceber que, pelo fato de existirem diferentes concepções de planejamento, ainda nos dias de hoje, há muitos professores que acabam não acreditando na possibilidade de mudança, pois muitas vezes os planos são elaborados sem fins educativos, ou até mesmo copiados de planos anteriores apenas para o cumprimento burocrático de protocolos pré-estabelecidos.

De acordo com Vasconcellos (1999), ainda existem no meio educacional profissionais que não concretizam o ato de planejar, já que a realidade que se encontra em uma sala de aula é diferente a cada dia, não havendo tempo hábil suficiente para a preparação de um planejamento significativo. Ou então, já estão tão satisfeitos com a sua prática pedagógica que não sentem a necessidade de inovação. Para outros educadores, o planejamento é de extrema importância para o processo de ensino-aprendizagem, mas os métodos utilizados acabam não surtindo transformações na realidade escolar, pois são elaborados apenas para o cumprimento de exigências burocráticas. Dessa forma, o planejamento se caracteriza por ser, na maioria das vezes, incoerente com a realidade em que os alunos estão inseridos.

Essa resistência do professor em relação ao planejamento pode ser compreendida de modo negativo, pela ausência de comprometimento com o ensino. Dessa maneira, é preciso superar a descrença do planejamento, pois, segundo Campos (1993), o desafio fundamental, portanto, está em resgatar a “confiança nas possibilidades de êxito do sujeito num sentido de invenção e criação, portanto de libertação”. (CAMPOS, 1993, p. 20)

2.2 O que é o Planejamento?

O planejamento se refere a uma antecipação da prática a ser realizada, de modo a programar as ações e dimensionar os resultados que se deseja alcançar, pois, de acordo com Piletti (1990), planejar é estudar e compreender o estudo de situações prévias para a resolução da problemática do processo de ensino-aprendizagem, refletindo antecipadamente sobre as melhores alternativas e ações complementares, possibilitando ao professor alcançar com sucesso seus objetivos.

De fato, o planejamento torna-se um instrumento primordial no processo de alfabetização, e, ao elaborá-lo, o professor direcionará os caminhos a serem percorridos, proporcionando maior segurança quanto a concretização da aprendizagem.

Libâneo (2004), define o planejamento pedagógico da seguinte maneira:

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. É, a partir dele, que o professor conduz o trabalho, por isso é necessário que o profissional atente aos pequenos detalhes. (p. 221)

O ato de planejar é a maneira de organizar a prática pedagógica do educador, possibilitando a concepção de um conhecimento específico na condução de seu trabalho, de modo a alcançar as metas pré-estabelecidas. Esse processo deve acontecer por meio de pesquisas e orientações, para o aprimoramento das estratégias metodológicas de ensino, a fim de evitar improvisos, possibilitando assim a organização sequencial das atividades pedagógicas, de acordo com as necessidades dos alunos.

Fusari (1990) descreve sobre a falta de planejamento na prática de ensino:

A ausência de um processo de planejamento de ensino nas escolas, aliado às demais dificuldades enfrentadas pelos docentes em seu trabalho, tem levado ao contínuo improviso pedagógico das aulas. Em outras palavras, aquilo que deveria ser uma prática eventual acaba sendo uma “regra”, prejudicando assim, a aprendizagem dos alunos e o próprio trabalho escolar como um todo. (p. 46-47)

Dessa forma, ao elaborar o planejamento, é de extrema importância que o professor leve em consideração a realidade do contexto socio cultural em que os alunos estão inseridos, e também o conhecimento prévio que cada aluno já possui, pois é a partir dessa análise da realidade que se perceberá quais as necessidades e interesses de cada um, a fim de elaborar e aplicar o melhor plano possível de ensino, direcionando os recursos metodológicos, de modo a atingir com eficiência o processo de ensino-aprendizagem e suprir de maneira satisfatória as necessidades específicas de cada educando.

3. Alfabetização e Letramento

Em muitos momentos da história, o termo letramento tem sido confundido com o conceito de alfabetização e, na maioria das vezes, ambos são vistos até mesmo como sinônimos. De acordo com Soares (2017), a alfabetização é um processo de aquisição de códigos escritos e de habilidades, tanto de leitura quanto de escrita e, portanto, é uma representação de fonemas em grafemas (ato de escrever) e de grafemas em fonemas (ato de fazer a leitura). Além disso, a alfabetização também é um meio de compreensão e expressão de significados a partir de códigos escritos. Porém, é importante lembrar que código escrito não é uma mera representação da língua oral, pois nem tudo se escreve do jeito que se fala, e não se fala da mesma maneira que se escreve.

De fato, esses conceitos dependem das características culturais, econômicas e sociais de cada aluno, já que a alfabetização é um processo de natureza psicológica, psicolinguística e sociolinguística, pelo fato de a comunicação escrita ser marcada por atitudes e valores culturais. Dessa forma, quando a escola valoriza a escrita formal e censura a língua oral espontânea, pode-se dizer que trata com discriminação as crianças de origem mais pobre. Sendo assim, as crianças da classe econômica mais favorecida se adaptam com mais facilidade às expectativas da escola, em comparação às crianças que pertencem às classes sociais baixas, consequentemente afetando sua alfabetização e ocasionando, de certa forma, o fracasso escolar.

Devido aos problemas vinculados ao processo de alfabetização, mostrou-se necessário o reconhecimento e a nomenclatura de um novo conceito de leitura e de escrita. Assim, em meados do século XX, surgiu no Brasil o conceito de letramento, que tinha por objetivo reconhecer as habilidades de uso da leitura e da escrita em práticas sociais. Logo, os conceitos de alfabetização e letramento passaram a ser interdependentes e indissociáveis, ou seja, a alfabetização da criança se desenvolve por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, a partir das situações de atividades de letramento, e este só se desenvolve por meio da

aprendizagem das relações fonema-grafema, dependendo assim, da alfabetização. No entanto, é preciso reconhecer também que esses processos se diferem entre si, enquanto que a alfabetização é a habilidade de codificação e decodificação da língua escrita e identificação de relações fonema-grafema, o letramento compreende o desenvolvimento das habilidades de uso da leitura e da escrita em práticas sociais, tendo assim, relações aos objetos de conhecimento e aos processos cognitivos e linguísticos da aprendizagem.

Dessa forma, pode-se afirmar que a criança constrói seu conhecimento a partir do sistema alfabético e ortográfico e desenvolve suas habilidades em relação à língua escrita nas práticas sociais. Para ensinar uma criança a ler e escrever, deve-se observar o ensino integrado das múltiplas dimensões da aprendizagem da língua escrita. Para isso, existe a necessidade de uma explicitação dos principais objetivos ao se escolher uma metodologia de ensino, pois isso facilitará a manutenção do bom funcionamento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Diante dessa concepção, acredita-se que alfabetização e letramento, apesar de compreenderem conceitos diferentes, são interdependentes. Pode-se dizer que, atualmente, são conceitos que devem caminhar em paralelo no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, sem preceder uma ideia à outra, e é necessário que ambos mesquem e interajam metodologias de ensino, sem perder a especificidade de cada um. Observando atentamente o processo educativo, é possível identificar evoluções e desafios a serem superados, devido às diferentes maneiras de se alfabetizar, que são encontradas em determinadas classes sociais. Porém, há a possibilidade do alcance de um nível satisfatório quanto à qualidade da educação, por meio da organização da prática educacional, utilizando-se diversas metodologias que tenham como objetivo comum proporcionar o desenvolvimento da alfabetização e do letramento no processo de ensino-aprendizagem dos educandos, de modo que estes se tornem transformadores do saber. (SOARES, 2017)

A alfabetização não deve ser entendida como um simples processo a ser seguido pelos educadores, de modo que os alunos recebam informações e se apropriem do que estão estudando, mas sim de um processo multifacetado, durante o qual o aluno pode se apropriar e compreender o sistema de leitura e de escrita. O início desse processo deve acontecer, primeiramente, quando a criança passa da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental, compreendendo a faixa etária de 6 a 7 anos de idade. Para essa fase, o professor deverá organizar a sua prática pedagógica de acordo com as especificidades dos alunos, propondo diferentes situações de aprendizagem, de modo que possa despertar na criança uma determinada curiosidade sobre as práticas sociais de leitura e de escrita, e possa, assim,

desenvolver habilidades e competências necessárias para dar continuidade às próximas etapas de ensino, e para o processo de construção do seu conhecimento. Segundo Ferreiro e Teberosky, na obra *Psicogênese da Língua Escrita* (1986), toda criança que está em idade de se alfabetizar passará por 4 níveis de hipóteses de escrita extremamente importantes para a sua formação, e que complementarão o ciclo da alfabetização. O primeiro nível se refere à hipótese pré-silábica, na qual a criança ainda não consegue estabelecer vínculos entre a fala e a escrita, pois ainda não compreende que ela representa o som da fala. Na maioria das vezes, utiliza letras do próprio nome ou até mesmo, a mesma grafia para nomes diferentes. No segundo nível, hipótese silábica, a criança já supõe que a escrita é uma representação da fala e utiliza uma letra para cada sílaba, que pode ou não ter relação com o som emitido. O aluno pode se enquadrar na fase silábica com valor sonoro, do modo que as vogais ou consoantes são escritas de acordo com o som emitido, ou na silábica sem valor sonoro, na qual apenas coloca as letras que já conhece. No terceiro nível, compreendido pela hipótese silábico-alfabética, já se observa um grande avanço da criança em relação à escrita, pois agora ela compreende que são representados os sons da fala, sendo capaz de combinar consoantes e vogais. Ela procura acrescentar letras à sua escrita da fase anterior, pois acredita que as letras que colocou anteriormente são insuficientes para formar a palavra que se deseja. O quarto e último nível refere-se à hipótese alfabética, momento em que a criança já superou os desafios do sistema de representação da linguagem escrita. Nesse nível, a criança domina o código escrito e compreende que a escrita tem função social, sendo capaz de fazer análises sonoras das palavras já escritas. (FERREIRO, TEBEROSKY, 1986)

Morais (2012) refere-se à hipótese alfabética da seguinte forma:

O domínio da escrita alfabética, portanto, implica não só no conhecimento e o uso 'cuidadoso' dos valores sonoros que cada letra pode assumir, no processo de notação, mas o desenvolvimento de automatismos e agilidades no processo de 'tradução do oral em escrito' (no ato de escrever) e de 'tradução do escrito em oral' (no ato de ler). (MORAIS, 2012, p. 66 *apud* LEITE, 2016, p. 23-24)

Contudo, nos dias de hoje, devido ao fácil acesso aos meios de comunicação e à grande demanda sociocultural, grandes transformações estão acontecendo em todos os aspectos da sociedade, e no âmbito educacional também não tem sido diferente. Em busca de uma prática pedagógica mais adequada às necessidades dos seus educandos, os professores tendem a observar a prática pedagógica, refletir e perceber novas maneiras de ensinar e aprender, a fim de adequá-las às dificuldades dos seus alunos. Mesmo que práticas tradicionais ainda tenham certo grau de eficiência nas escolas, não se pode admitir um modelo pedagógico onde o

professor é um sujeito ativo no processo de ensino aprendizagem, e o aluno sendo um sujeito passivo, recebendo todo conhecimento transmitido pelo educador.

Diante dessa perspectiva, pode-se afirmar que há um grande desafio que exige do educador um comprometimento com cada etapa de ensino, fazendo com que este repense a sua prática pedagógica em sala de aula, já que ainda é possível observar que muitas crianças, já vindas da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, apresentam grandes dificuldades no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, pelo simples fato de que a maioria dos professores ainda acredita que aquela seja uma etapa sem obrigatoriedades, valorizando apenas o cuidar e o brincar, sem dar prioridade à organização das atividades necessárias para o processo de socialização e aprendizado, extremamente úteis para a continuidade de sua escolarização, e que deveriam ser propostas para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social dos alunos. Desse modo, os professores não encontram necessidade de planejar, pois na maioria das vezes, acabam por achar que a ação do planejar se reduz apenas ao preenchimento de formulários para controles administrativos, tornando as atividades pedagógicas sem fins educativos.

Segundo Fusari (1990), a inexistência de planejamento de ensino para as instituições tem dificultado o processo de alfabetização e tem levado os professores a improvisar suas aulas momentaneamente. Essa ação, que deveria complementar a prática pedagógica e ser um instrumento de organização, tem sido tomada como metodologia para a concepção das aulas. (p. 46-47). Além disso, as aulas propostas pelos professores acabam sendo monótonas, o que leva a própria falta de interesse da criança.

O método de ensino-aprendizagem deve ser compreendido por dois processos distintos, mas que se comunicam entre si: o sujeito do processo de ensino é o professor, enquanto o sujeito da aprendizagem é o aluno. Para tanto, o educador terá que compreender o caminho de aprendizagem em que o aluno se encontra naquele momento, para que possa assim preparar atividades desafiadoras que permitam que o aluno desenvolva seu conhecimento; para que possa superar as suas limitações e abrir o seu universo para novos saberes. Assim, segundo Weisz (2001, p. 65), “[...] não é o processo de aprendizagem que deve se adaptar ao de ensino, mas o processo de ensino é que tem de se adaptar ao de aprendizagem. Ou melhor: o processo de ensino deve dialogar com o de aprendizagem”.

O ensino deve ser planejado e replanejado em função da aprendizagem, adquirida ou não pelo aluno no decorrer do processo educativo. Por isso, diante de cada novo conteúdo, é muito importante levar em consideração a ciência do aluno, o que já sabe e o que poderá produzir em relação a estes novos saberes, de modo que o conhecimento prévio que cada aluno

possui seja valorizado pelo educador, pois de alguma forma, os alunos percebem quando o educador não valoriza o que trazem para a sala de aula, e estes acabam por desvalorizá-lo também, não investindo em sua aprendizagem. Portanto, se o professor não tem conhecimento sobre o que o aluno pensa a respeito do conteúdo a ser lecionado, o ensino que oferece não tem com o que dialogar. Restará a ele atuar como numa brincadeira de cabra-cega, tateando e fazendo sua parte, na esperança de que o outro faça a dele: aprenda. (WEISZ, 2001, p. 42)

No entanto, não basta somente que as situações de aprendizagem sejam planejadas e organizadas pelo professor a fim de proporcionar aos alunos automaticamente boas condições de aprendizagem. O preparo das aulas é um fator primordial no processo de ensino, pois permite ao educador adequar as situações propostas às necessidades dos alunos, ter um olhar reflexivo em relação aos objetivos traçados, podendo então fazer alterações necessárias à adequação da prática pedagógica e, principalmente, avaliar todo o processo que está sendo construído pelo aluno, de modo que alcance melhores resultados de ensino.

Além disso, para que o planejamento conceda ao professor suporte para alcançar seus objetivos, é necessário que o mesmo tenha flexibilidade em função da prática, pois, apesar de proporcionar a organização da ação do educador, poderão surgir pelo caminho situações que não foram previstas até o momento, ou até mesmo os objetivos traçados não coincidirem com a realidade em que os alunos estão inseridos. Assim, caberá ao professor fazer os ajustes necessários, planejando-o em função das necessidades a serem superadas pelos alunos.

Marques (1979, p.115-123) afirma a importância do planejamento em relação à prática do professor:

O planejamento possibilita a distribuição equitativa da atividade do professor e do aluno, de forma a evitar que, em qualquer momento, o ensino assuma as características de um monólogo sem sentido [...] O planejamento é importante na educação porque garante ao professor um progressivo aperfeiçoamento, abrindo-lhe novas e mais ricas perspectivas quanto ao conteúdo e quanto ao método, torna o ensino mais metódico, construtivo e eficaz, reajustando-o continuamente aos progressos da ciência, às necessidades reais dos alunos e às exigências da vida social em constante evolução. (MARQUES, 1979, p. 115;123 *apud* ASSIS; BARROS; CARDOSO, 2008. p.11)

Dessa forma, quando o professor tem em mãos o que deseja ensinar aos alunos, saberá escolher o melhor método a ser trabalhado e, além de entender e resolver as situações que surgirem pelo caminho, poderá organizar suas atividades de acordo com as especificidades de cada educando, de modo que possam desenvolver habilidades que os levarão a uma aprendizagem significativa. O método utilizado para desenvolver a prática pedagógica deve ser revisto diariamente, e não ser entendido apenas como um modelo de trabalho escolar a ser seguido anualmente, pois os alunos não serão os mesmos e terão necessidades diferentes.

Portanto, o que conduz o processo de ensino-aprendizagem não é apenas a estrutura pragmática de um método, mas sim, a interação entre o processo de ensino e o de aprendizagem, que devem caminhar paralelamente na relação do professor e seu aluno, levando em consideração o contexto em que os mesmos estão inseridos, para que os conteúdos a serem ensinados se tornem mais próximos da realidade do educando.

4. Considerações finais

Ao refletir sobre as situações que ocorrem no contexto escolar, as práticas tradicionais de ensino e outros fatores do âmbito educacional, foi possível observar que o papel principal da escola é tradicionalmente aceito como o de apenas transmitir os conteúdos, de modo que o professor é enquadrado no centro do processo de ensino-aprendizagem, e o aluno apenas o receptor de todo o conhecimento transmitido pelo educador. Além disso, foram relacionadas e identificadas diversas exigências para o cumprimento burocrático do programa educacional, que na maioria das vezes acabaria levando o professor a reproduzir apenas os conteúdos que eram propostos na unidade de ensino, pois assim não teria a necessidade de preparar e organizar as aulas, e as mesmas renderiam mais.

Dessa forma, há uma busca constante por um método de ensino que valorize as interações, reflexões e o compartilhamento de ideias entre professores e alunos, para que a prática pedagógica a ser desenvolvida seja reconstruída, de modo que os alunos recebam as informações necessárias e sejam capazes de assimilá-las, acreditando-se que a construção da aprendizagem se dá a partir das interações com o meio, na qual professores e alunos possam construir relações, sejam elas sociais ou emocionais, em um constante diálogo.

O método, por assim dizer, deve permitir a formação do pensamento e o estabelecimento dos objetivos que se deseja alcançar de fato, porém, muitas vezes, o professor acaba não sabendo lidar com os desafios da realidade, por não entender completamente sobre o assunto sobre o qual deseja ensinar ou até mesmo por não saber como intervir de acordo com as necessidades específicas de cada educando, pois não vê o planejamento como um método de trabalho, de modo que possa organizar suas ideias e refletir sobre a suas ações. Portanto, o educador precisa compreender que são princípios do planejamento pensar sobre como será a prática pedagógica a ser desenvolvida, organizar as suas ideias e traçar quais os caminhos serão percorridos.

De fato, é necessário resgatar o conceito de que fazer planejamento é elaborar um plano de transformação da realidade, pois é a partir desse pensamento que o professor realizará uma

reflexão sobre as necessidades dos alunos e, com isso, tomará decisões sobre o que deverá fazer para que as dificuldades dos mesmos sejam superadas, para que possam se desenvolver e terem avanços no processo de aprendizagem. Há situações frequentes, por exemplo, quando o aluno não compreende completamente o que lhe foi ensinado, sua aprendizagem passa a ser comprometida, e essa dificuldade acaba fazendo com que o aluno não consiga dar prosseguimento em seu processo de alfabetização, problematizando o trabalho pedagógico de modo geral e impedindo o pleno desenvolvimento intelectual do educando, fato que poderia ser evitado, se, ao iniciar um trabalho educativo, o professor trabalhasse com antecedência seus objetivos e os meios para alcançá-los de forma contínua e eficiente.

No entanto, para que o planejamento seja aplicado com eficiência, a sua elaboração não deverá ser realizada de modo artificial, como no caso da concepção do planejamento instrumental/normativo, nos quais professores especialistas passaram a se dedicar exclusivamente na elaboração de bons planos, não levando em consideração a realidade dos alunos e em que contexto o planejamento seria aplicado. Para garantir uma boa prática pedagógica, é preciso primeiramente que o educador consiga assimilar toda a teoria, de modo que possa ter uma base fundamentada, e que exista a possibilidade de aplicá-la em sua prática, pois não basta apenas que o planejamento exista, é preciso acontecer em sala de aula.

Dessa forma, pode-se dizer que o planejamento precisa ser participativo, para que haja uma troca de ideias a serem colocadas em prática e organizado de modo que tenha significado, tanto para a equipe pedagógica, quanto para o professor responsável pela sua execução, para que possa ser aplicado da melhor maneira possível, e o tempo e os recursos disponíveis sejam utilizados e aproveitados pelo educador, levando em consideração o bem-estar e o aprendizado dos educandos. Assim, quando o planejamento engloba todos os fatores que envolvem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e se caracteriza por priorizar e favorecer o bom andamento do ensino, a probabilidade de transformação da prática, conforme as necessidades dos educandos, é maior.

É essencial que o professor se adeque antecipadamente ao tipo de planejamento que irá utilizar na unidade escolar, já que o mesmo deverá ser elaborado de acordo com a matriz curricular da instituição. No entanto, não deverá ser visto apenas como um programa oficial que deverá ser cumprido pela equipe pedagógica, e os alunos deverão aprender exatamente o que está sendo colocado. As propostas curriculares servem como suporte para o ensino, e cabe a cada unidade escolar realizar as adaptações necessárias de acordo com a especificidade de cada aluno. Para isso, o professor precisa ter em mente os desafios que poderão surgir, e também saber identificar a hipótese de escrita em que cada criança se encontra, a fim de estabelecer os

objetivos e um plano de ação, que estejam organizados de acordo com os conhecimentos prévios dos alunos, pois, a partir desse momento, os conteúdos e as metodologias a serem utilizadas ganharão sentido para o processo de construção do conhecimento dos alunos.

Com base no estudo realizado, pode-se afirmar que o planejamento de ensino só funcionará, de fato, se houver comprometimento por parte do educador e apoio de toda equipe escolar, de modo que as situações de aprendizagem sejam organizadas de acordo com os conhecimentos que já foram adquiridos pelos alunos no decorrer do processo, proporcionando assim situações nas quais os alunos possam se apropriar tanto da escrita, como das práticas sociais de leitura, e, quando ocorrerem situações em que os alunos apresentem dificuldades ou até mesmo alguns erros em relação às atividades apresentadas, eles devem ser levados a compreender seu erro, de modo que os desafios sejam superados e que possam assim dar continuidade ao seu processo de construção do conhecimento.

Portanto, o planejamento é um instrumento primordial no processo de alfabetização, pois quando é elaborado adequadamente e executado pelo próprio professor de maneira concisa e realista, facilitará e instigará a aprendizagem os alunos, levando em consideração a preparação do educador em relação aos desafios que a formação do conhecimento e do intelecto dos educandos trará ao seu aspecto profissional, de formação de opiniões, de personalidades e de construtores do saber.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. M.; BARROS, M. O.; CARDOSO, N. S. Planejamento de ensino: algumas sistematizações. **Revista Eletrônica de Educação do Curso de Pedagogia**. v.1, n.4, UFG, Jataí, 2008.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. FCC, São Paulo, 1993.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Artes Médicas, 1986.

FUSARI, J. C. O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. **Série Ideias**, v. 8, n. 1, p. 44-53, 1990. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf>. Acesso em: 28 abril 2020.

LEITE, M. M. M. Sondagem de escrita espontânea de crianças no processo de alfabetização. **Centro de Educação**. UFRN, Luis Gomes, 2016.

LIBÂNEO, J. C. O planejamento escolar. **Didática**, São Paulo, 2004.

PILETTI, C. **Didática geral**. Ática, São Paulo, 1990.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 6.ed. São Paulo: Libertad, 1999.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2001.